

Gênero e sexualidade na análise do espaço urbano

Joseli Maria Silva*

Resumo

Este trabalho tem como objetivo analisar os elementos constitutivos da relação entre pobreza, gênero e espaço urbano, evidenciando o crescimento de mulheres chefes de domicílios localizados nas áreas de periferia de baixa renda. A investigação explora as abordagens geográficas que enfocam as relações entre espaço e gênero e evidencia os elementos que constituem o cotidiano feminino e sua espacialidade, a partir do poder material e simbólico que regula a complexidade espacial contemporânea.

Palavras-chave: Gênero, espaço e pobreza.

Gender and sexuality in the urban space analysis

Abstract

This study aims at analyzing the constituent elements of the relationship among poverty, gender and urban space, demonstrating the growth of women supporting their families located in low-income peripheral area. The investigation explores the geographical approach which focus on the association between space and gender and reveals the female everyday life and her spaciality starting from the symbolic and material power that regulates the contemporary spacial complexity.

Key words: Gender, space and poverty.

* Professora Doutora da UEPG – PR (joselisilva@uol.com.br).

Introdução

O número dos domicílios chefiados por mulheres e sua relação com a pobreza tem aumentado nos últimos anos. Esse fenômeno desafia os cientistas sociais a ampliar suas abordagens a fim de intervir no processo de reprodução ampliada da pobreza urbana. O relatório apresentado no Congresso Nacional pela Comissão Especial do Ano da Mulher em 2004¹ afirma que, em 1992, 19,3% dos domicílios brasileiros eram chefiados por mulheres e em 2002 esse percentual passou para 32,1% nas áreas urbanas. 87,3% das mulheres chefes de família não possuem cônjuge ou companheiro. O IBGE constatou no ano 2000 que 91,4% desses domicílios estão localizados nas áreas urbanas. 88,8% das mulheres chefes de família encontram-se em idade reprodutiva, e sua situação de responsabilidade pelo sustento da família decorre da dissolução conjugal, seja por viuvez ou separação. Nestes domicílios, o rendimento nominal mensal médio é de R\$ 591,00 e o mediano, de R\$ 276,00. Além disso, a proporção de crianças de 0 a 6 anos de idade em domicílios com responsáveis mulheres com rendimento de até 2 salários mínimos é da ordem de 56,6%. A Organização das Nações Unidas e o Banco Mundial, com base no relatório da Comissão Econômica para América Latina e Caribe editado em 2005, têm apontado para a mesma tendência no âmbito mundial.

Embora o fenômeno da chefia feminina dos domicílios não seja inédito na história da sociedade brasileira, como aponta Faria (1998)², acredita-se que a contemporaneidade do empobrecimento

1 Relato da Presidente da Comissão Especial do Ano da Mulher, Deputada Federal Luci Choinacki – PT - em 06 de julho de 2004

2 A autora demonstra a existência de um número expressivo de mulheres chefes de domicílio no Brasil colonial, utilizando-se dos mapeamentos populacionais das freguesias de São Paulo, Minas Gerais e Bahia. Relata que “em Ouro Preto, em 1804, mulheres chefiavam 43,9% das unidades; (...). Na cidade de São Paulo, calcularam 29% em 1765 e 44,7% em 1802. (...). Na cidade de Salvador, em 1855, 42,2% deles o eram” (FARIA, 1998, p. 6).

de famílias monoparentais femininas compõe-se de elementos específicos. Enfim, a perspectiva que pauta esta investigação é conhecer os elementos das relações entre pobreza, gênero e espaço urbano. A primeira seção do artigo discute a produção geográfica em torno da incorporação do conceito de gênero na análise espacial e, posteriormente, são analisados os elementos identitários presentes na produção do espaço da periferia pobre, tendo como referencial empírico Ponta Grossa, PR.

Sexo, gênero e desejo na constituição do espaço paradoxal

A exploração acadêmica das relações de gênero e espaço no Brasil reúne, ainda hoje, um número reduzido de pesquisadores com produção sistemática na área. Expressiva contribuição foi a trajetória desenvolvida por Rosa Ester Rossini que, desde a década de 80, vem enfocando a exploração da força de trabalho feminina, tanto nas atividades rurais como urbanas (ROSSINI, 1993, 2004). Recentemente, o gênero tem sido o enfoque de várias dissertações de mestrado e teses de doutorado. Um trabalho voltado para a educação geográfica e gênero é desenvolvido por Tonini (2002). Garcia (2004) dedicou sua tese de doutorado para a análise de gênero na luta pela terra, no Pontal do Paranapanema, e Silva (2004) realizou seu doutorado abordando o trabalho informal e gênero³. Mesmo com algumas conquistas, a abordagem de gênero na geografia brasileira é limitada, quando comparada ao expressivo avanço obtido nos países anglo-saxões, principalmente a partir dos anos 90.

Os trabalhos geográficos iniciais apresentavam uma abordagem contestatória e de denúncia da condição de subordinação das mulheres na divisão sexual do trabalho social e

3 Para enriquecer a abordagem sobre a produção geográfica brasileira com enfoque de gênero, ver artigo intitulado “Os estudos de gênero no Brasil: algumas considerações”, produzido por Susana Veleda da Silva e publicado na Revista Electrónica, Universidad de Barcelona em 2000.

do espaço, sendo significativos os trabalhos de Bondi (1992), Domosh (1996), Huxley e Winchester (1991).

A idéia de que o ambiente construído reflete os estereótipos dos lugares femininos e masculinos e que houve uma ótica masculina na produção do espaço urbano foi defendida por Bondi (1992). Ela argumenta que o planejamento urbano funcionalista e racionalista que dominou durante muito tempo o modo de concepção de cidade aprisiona as mulheres em determinados lugares ao separar as áreas comerciais, industriais e residenciais, acentuando a divisão do trabalho entre os sexos. Sendo assim, afirma que a leitura da distribuição funcional da paisagem urbana reflete a dominância da perspectiva masculina sobre o espaço. Domosh (1996) retrata uma relação entre gênero e a ideologia estética nas construções femininas, demonstrando que o controle moral, papel determinado às mulheres na sociedade patriarcal, é repassado pela sua arquitetura. Huxley e Winchester (1991) argumentam que os processos de segregação espacial, além da compreensão da lógica capitalista que os define, relaciona-se com o modelo social patriarcal, visto que muitas áreas são compostas pelo trabalho feminino remunerado de forma desigual em relação ao trabalho masculino, gerando uma feminização da pobreza urbana. Enfim, os espaços de constrangimento, como a rua em determinados locais e horários, ou espaços de confinamento, como as residências em periferias distantes, são claramente elementos que tanto se referem às diferenças de acesso físico entre mulheres e homens a determinados espaços, como a construção de barreiras invisíveis criadas pelo olhar e força daqueles que impõem sua ordem e alcançam legitimidade.

O perfil contestatório da pesquisa geográfica foi criticado e alegava-se que, ao invés de promover discussão e transformação da situação de subordinação na qual se encontravam as mulheres, havia um reforço da dominação masculina, conforme apontam Rose (1993) e Mc Dowel (1999) que rejeitam veementemente a vitimização contínua das mulheres e demonstram as potencialidades e os espaços de poder femininos.

Foi necessária uma profunda discussão teórico - metodológica para que fosse possível a construção da perspectiva de gênero na geografia e, mesmo assim, pode-se dizer que a utilização do conceito na análise geográfica tem sido difícil. O progresso científico das pesquisas enfrenta dificuldades na demarcação clara do objeto, na compreensão das características identitárias femininas e na construção do próprio conceito de gênero fora do campo de saber hegemonicamente masculino.

Para esta pesquisa, gênero é concebido como um conceito e simultaneamente uma representação e, como tal, uma construção social permanentemente renovada, diferenciada espacial e temporalmente. Portanto, inicialmente, são discutidas as três categorias fundantes que constituem as representações de gênero: sexo, gênero e desejo.

O sexo, comumente estabelecido como um dado biológico, está relacionado à dimensão anatômica das diferenças dos corpos. Assim, o corpo, já categorizado como de macho ou de fêmea, é a base sobre a qual se institui os papéis culturais e as expectativas de comportamento que a sociedade tem para o desempenho do papel do macho, que deve ser masculino, e do papel feminino, desempenhado pelo corpo categorizado como de fêmea. A sociedade ocidental tem elaborado uma organização de idéias deterministas e causais, através das quais o gênero é determinado pelo sexo e, segundo esta mesma lógica biológica, constrói-se então o desejo, a sexualidade, conforme Butler (2003). Apoiada no pensamento foucaultiano ela argumenta que há uma 'ficção' reguladora construída pela ordem burguesa, branca, masculina e heterossexual. A autora posiciona-se radicalmente contra a concepção de sexo como algo dado, ou para utilizar suas palavras, 'pré-discursivo', anterior à cultura. Não há coincidência entre estas três categorias - sexo, gênero e desejo - e, além disso, a fronteira entre elas é tênue, e as categorias são cada vez mais autônomas. O desejo não surge como algo dado pela anatomia, mas construído socialmente, experienciado através das representações que se constroem a partir do corpo. A própria significação da diferença

anatômica dos corpos, designados como machos e fêmeas, já é uma construção cultural (BUTLER, 2003).

Assim, as categorias constitutivas da representação de gênero nunca são lineares, causais ou conseqüentes, mas formam uma complexidade permanentemente aberta pelo movimento da vivência cotidiana.

Também com base em Foucault e enfocando a perspectiva desconstrucionista da ciência geográfica e dos conceitos hegemônicos, Gillian Rose⁴ lança seu conceito de espaço paradoxal. Argumenta esta geógrafa que o padrão de gênero instituído é mantido pela força dos sujeitos que têm maior alcance de mobilização de recursos para manter o poder no processo de lutas simbólicas. Para ela, não há uma universalidade da conquista pelo poder. Há a transgressão do poder instituído que desenvolve táticas desconstrucionistas à ordem estabelecida. Ela nega a ordem de 'nós' e os 'outros' e cria as categorias centro e margem.

É na concepção de uma construção social do sujeito que Rose (1993) fundamenta a sua tese do espaço paradoxal e abre as possibilidades de transformação e resistência dos sujeitos dentro da estrutura de dominação masculina. Atos humanos não são reproduzidos e dependem de uma série de elementos que influenciam na performance, como tempo, espaço e contexto grupal. Nesse sentido, a performance de gênero permite a criação do novo porque nunca se repete o padrão idealizado. Isso é a subversão do ideal de gênero e também a sua própria condição de sobrevivência.

A autora reivindica uma relação existente entre sujeito e território e argumenta que a noção de território desenvolvida pela geografia baseada na teoria masculina heterossexual burguesa envolve um tipo de propriedade, conquistada historicamente pela violência, e imaginada e estruturada como uma 'fortaleza', como proteção de si e a exclusão de outros. Nesse sentido, observa-se

4 Gillian Rose, geógrafa em Cambridge, constitui-se, atualmente, em uma importante pesquisadora da área da Geografia Cultural com enfoque em gênero e espaço.

que há uma universalidade em termos de conquista espacial que se caracteriza como uma estratégia subjetiva de tornar invisíveis os outros oprimidos e capturados dentro do território. Entretanto, a invisibilidade dos 'outros' não implica a sua inexistência. Pelo contrário, só se justifica o uso da força no processo de luta e, portanto, o oprimido age através de seus atos de resistência.

Na abordagem de Rose (1993), o território possui suas diferenciações internas e, no território conquistado pela força masculina, também existe o espaço do outro – o feminino. Nessa perspectiva, o outro não está necessariamente fora, mas, embora capturado e oprimido, ele desenvolve táticas desconstrucionistas e exercem uma pressão para influenciar a ordem estabelecida. Portanto, o feminino é também elemento do território do conquistador masculino. As geógrafas feministas argumentam a impossibilidade de trabalhar as categorias (nós e outros) sem estabelecer a interdependência entre elas e adotam a perspectiva de 'centro', posicionando o sujeito com força hegemônica e 'margem', constituindo os oprimidos. É o jogo tenso entre centro e margem que rearticula e reposiciona os sujeitos sociais no território.

As características de multidimensionalidade e plurilocalidade oscilam e podem constituir, assim, inúmeras configurações sociais/territoriais. O movimento pode provocar uma desestabilização da configuração estabelecida e gerar uma nova posição entre 'nós' - considerados centro da configuração - e os 'outros' - considerados margem da configuração -, entretanto, compreendidos como simultaneamente separados/conectados. Essa compreensão envolve a separação que está na construção de identidades diferenciadas; contudo, só possíveis porque são construídas através de um processo de mutualidade e reconhecimento.

O espaço paradoxal é complexo, envolve variadas articulações e dimensões e se constitui em uma interessante construção metodológica na geografia. Qualquer mulher não pode ser vista constituindo apenas um gênero, mas, também, a sexualidade, a raça, a religião e a classe social. Todos esses elementos são experienciados simultaneamente, podendo, portanto,

subverter a ordem de forças entre 'nós' e os 'outros' devido à sua plurilocalidade no território. Qualquer posição é imaginada não apenas por ser localizada por múltiplos espaços sociais, mas também por ambos os pólos de cada dimensão. É importante conceber que há pluralidades de masculinidades tanto quanto existem de feminilidades e que não se configuram como blocos homogêneos, pelo contrário, são construídos por significações repetidas na ação, e toda ação é passível de variação.

A realidade sócio-espacial assim construída é um campo contratual, através do qual é redesenhada, redefinida e, também, transformada. Através da contemplação dos elementos materiais e simbólicos que constituem as relações entre gênero e espaço pode-se ir além do espaço da reprodução, instituindo, assim, o espaço da transformação.

Amor e honra como elementos do espaço cotidiano feminino na periferia pobre em Ponta Grossa

Os dados presentes na cidade de Ponta Grossa são tão significativos quanto aqueles referentes às outras escalas espaciais e temporais já explicitadas. Do total de 74.080 domicílios, 24,3% são de responsabilidade feminina e 58,5% destas mulheres chefes de família recebem abaixo de dois salários mínimos. Ao cartografar os dados do IBGE (2000), conforme a figura que segue, verificou-se uma espacialidade sobre a qual se iniciou uma problematização que vem sendo investigada por um grupo de pesquisadores⁵. As áreas de significativa presença de mulheres chefes de família Condomínio Social PAI, Conjunto Habitacional Rio Pitangui III, Loteamento Rio Pitangui IV, Vila Nova, Loteamento Dom Bosco I e II foram selecionadas para a exploração de campo. Assim, depois do recorte espacial estabelecido, foi necessário realizar outro procedimento

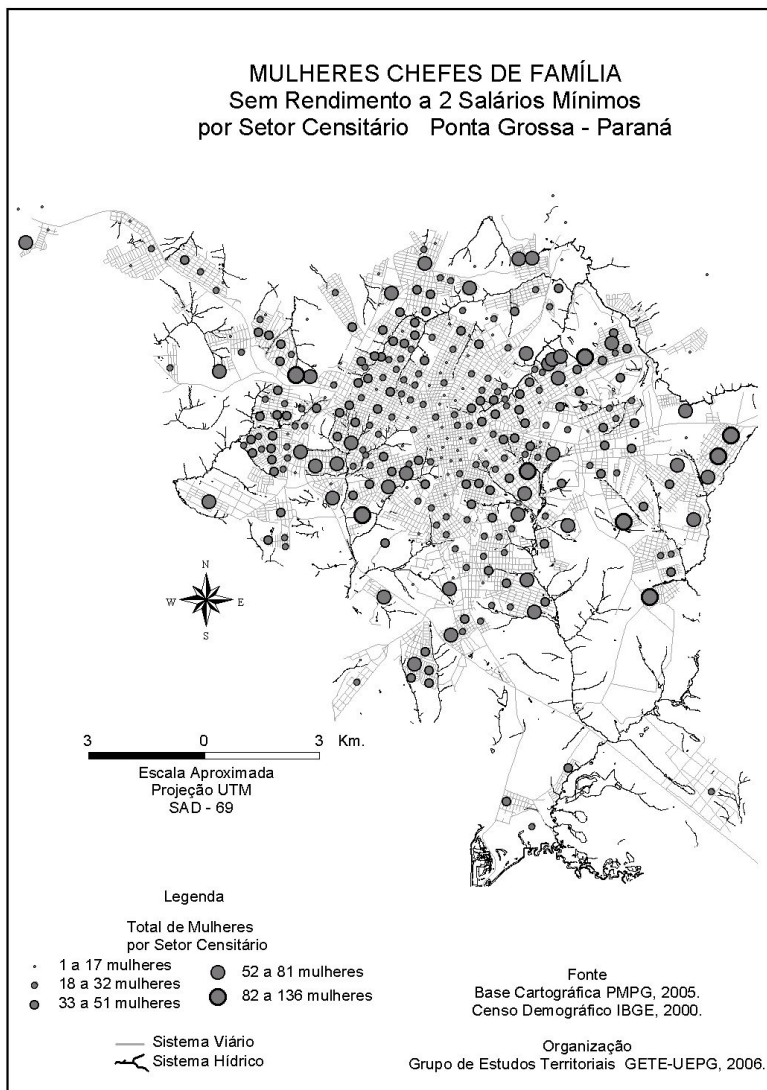
5 A pesquisa que desenvolve a compreensão da pobreza urbana feminina norteia uma rede de outras investigações em andamento no Grupo de Estudos Territoriais, sendo que foram realizadas 183 entrevistas em profundidade pelos componentes do grupo.

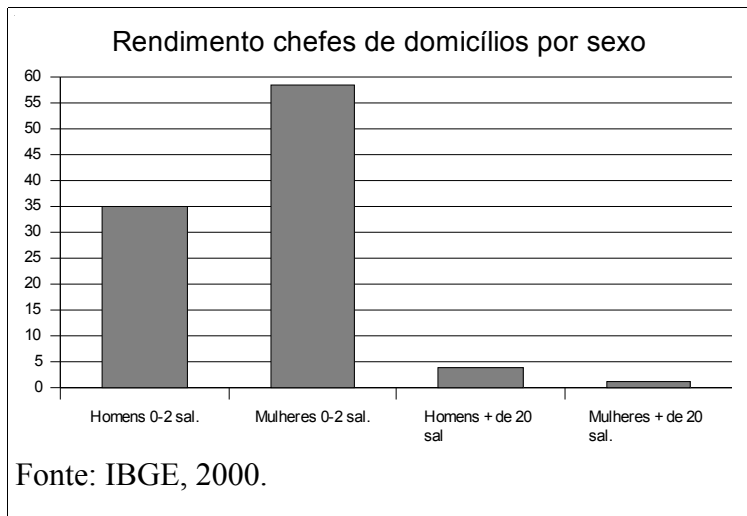
metodológico, pois se o sujeito tomado por base - mulheres chefes de família - possui uma identidade plural, permanentemente reelaborada, era preciso especificar qual o grupo de interesse focal para que se pudesse iniciar o trabalho exploratório. É importante esclarecer que o recorte social / espacial revela-se, portanto, parte instituinte do modelo de análise para compreender como o espaço constitui identidades e, ao mesmo tempo, as comporta.

O grupo focal estabelecido constitui-se das mulheres chefes de família cujos domicílios estão localizados em áreas irregulares e de baixa qualidade de serviços e infra-estrutura, que possuem crianças menores de quatorze anos sob sua tutela, renda inferior a dois salários mínimos e baixa escolaridade, ou seja, com até o ensino fundamental completo. O estabelecimento deste grupo focal se deu pelo alto potencial de reprodução ampliada da pobreza que ele representa, já que os filhos substituem o papel desempenhado pelo ex-cônjuge no suprimento das necessidades básicas da família e, sendo assim, as possibilidades de acesso a melhor escolaridade e trabalho acabam sendo frustradas.

Em Ponta Grossa, 58,3% das mulheres responsáveis por domicílios se enquadram na faixa salarial de zero a dois salários, enquanto que a proporção dos homens nesta mesma faixa é de 35,3%. Na faixa de renda mais alta, acima de vinte salários, os homens representam 4%, enquanto as mulheres apenas 1,2%, como pode ser melhor visualizado no gráfico que se segue.

As pesquisas revelam que a maioria destas mulheres empobreceram quando se tornaram chefes de família, pela dissolução conjugal e notadamente porque investiram seu tempo de existência em determinados campos da vida, como a maternagem e o cuidado com a reprodução familiar, e deixaram de investir em sua formação profissional. 58,5% das entrevistadas justificam o abandono da escolaridade para cuidar dos filhos e por proibição dos ex-esposos, como aponta Nabozny (2005). Esse fator impacta sobre a possibilidade das mulheres gerarem renda de forma diferenciada dos homens que, em geral, não fazem estas concessões na vida familiar.





As estatísticas generalizantes e também expressivas da difícil condição dessas mulheres chefes de família são resultados reveladores de fatos cotidianos construídos lentamente nas relações do espaço privado e de vizinhança. Elas acabam exercendo a função de chefes de família sem, no entanto, ter construído ao longo de sua vida uma formação identitária com esse papel. Ornat (2005) demonstra que as mulheres de baixa renda, em geral, possuem uma vivência reduzida do espaço total da cidade, desenvolvem deslocamentos menos extensos e frequentes do que os estabelecidos pelos homens dos mesmos locais. Além disso, os motivos dos deslocamentos estão relacionados com seu papel da maternagem e, fora deste, não há registros de deslocamentos para realizar interesses particulares.

Nas áreas tomadas como referencial de reflexão, é acentuada a precariedade de infra-estrutura e serviços, o que não constitui propriamente novidade em uma sociedade marcada por profundas disparidades de rendimento e investimentos públicos. Assim, os problemas enfrentados pelas mulheres têm sido resolvidos muito menos pelos serviços públicos do que por suas redes de

solidariedade, notadamente no cuidado com filhos menores, quando elas, para gerar renda, transferem o papel da maternagem às vizinhas e parentes. Prochner (2005) aponta que 78% das entrevistadas não têm acesso às creches, de modo que dependem de vizinhas ou parentes para o cuidado com os filhos.

Fazer parte de um espaço altamente dependente das redes de solidariedade, significa gerenciar relações sociais que possuem códigos particulares de trocas. Em geral, são marcadas pela pessoalidade⁶ que exerce um controle eficaz sobre os membros de sua coletividade que materializa nos espaços de sociabilidade locais, como a escola, a igreja, o posto de saúde. Mayol (1996) utiliza a noção de "conveniência" para definir esta necessidade de reconhecimento social que se estabelece na prática do lugar como uma convenção tácita, não escrita, mas legível por todos os usuários através dos códigos de linguagem e do comportamento. Assim, a submissão a esses códigos, bem como a sua transgressão constituem tanto vantagens, como a perda de capital relacional. O espaço cotidiano também se constitui de emoções e afetos que determinam, em grande parte, as redes de solidariedade e também as ações cotidianas que reforçam os núcleos significativos das ações, crenças e relações.

A vida dessas mulheres esteve centrada no amor, no afeto do grupo familiar, constituído pelos filhos e cônjuge. Sabe-se que o amor adquire diferentes formas nas várias culturas e que é um sentimento construído e determinado historicamente. O sentimento a que se faz referência é ao amor "paixão" instituído na cultura ocidental, que passou a fundamentar a manutenção do contrato conjugal e dos deveres estabelecidos entre cônjuges. Rougemont (2003), ao discutir a vinculação do casamento ao amor – paixão na sociedade ocidental, alega que são contraditórios, excludentes e, ao mesmo tempo, tem provocado crises na organização social do

6 Entende-se por pessoalidade o código de relações sociais e práticas que se desenrolam entre pessoas, e não entre indivíduos, que são sempre identificadas com particularidades, reconhecidas e localizadas social e espacialmente.

século XX. Sua argumentação é de que o fato de o casamento ter como foco central o amor-paixão⁷, uma vez findado o sentimento, destitui-se o laço da conjugalidade. A crise da instituição matrimonial, para ele, está no enfraquecimento de três tipos de valores que impunham coerções sobre aqueles que transgrediam as normas institucionais. As coerções são de ordem sagrada, social e religiosa. A ordem de valores sagrados estava ligada à necessidade do ritual da bênção. A social, situada no campo dos interesses e laços familiares, e a ordem religiosa fundamentada no sacramento indissolúvel. O autor argumenta que a sociedade atual, ao colocar o amor no centro do casamento como escolha e felicidade individual, todas as demais coerções perdem força na manutenção do contrato conjugal.

Entretanto, dentro desse contrato, baseado no amor e na escolha individual se estabelece uma contradição importante que impacta sobre a existência feminina e que forja os códigos de valores que condicionam sua vivência sócio-espacial. No código civil homens e mulheres conquistaram direitos iguais perante a sociedade, porém esta condição é entremeada por códigos de honra que se sustentam, sobretudo nas redes de solidariedade tecidas nas relações de vizinhança e no espaço cotidiano. É importante dizer nesse momento que os espaços focos da pesquisa não são homogêneos, havendo diferenciados graus de enraizamento e controle das redes de sociabilidade.

Assim, estes espaços instituem uma identidade feminina que, além de sua desvantagem econômica, está sujeita a outros códigos de poder e hierarquia que se estabelecem com maior propriedade

7 Denis de Rougemont em sua obra “História do Amor no Ocidente”, cujo lançamento foi de 1939, argumenta que o casamento e a paixão são incompatíveis e excludentes pela sua essência, já que a origem histórica da paixão criada pela sociedade ocidental comporta algo de involuntário, embregador, o culto à amada distante e ao irrealizável e o casamento é o contrário: é a concretização da prática diária. Assim, segundo sua tese, a sociedade ocidental vive deste descompasso angustiante.

dentro do contrato do casamento. Os valores de igualdade, liberdade e cidadania são permeados pelos códigos da honra instituídos nas relações cotidianas e altamente reguladas pela coletividade no espaço cotidiano. Esta honra se dá num processo relacional entre o feminino e o masculino e regida por um princípio individual e outro coletivo. Ou seja, a honra de alguém depende de sua capacidade de reconhecer e compartilhar os valores morais estabelecidos (CANÇADO, 2001). A honra masculina sustenta-se na conduta sexual feminina, notadamente na condição de conjugalidade⁸.

As narrativas das proibições masculinas em relação aos deslocamentos realizados pelas mulheres, ao controle do vestuário, locais e horários são regulares em todas as pesquisas atualmente realizadas pelos componentes do Grupo de Estudos. Impressionante é a constatação da naturalização dos códigos de honra internalizados pelas próprias mulheres que promovem, por conta disso, uma auto-regulação. Instituiu-se, como valores e regras de conveniência locais, a complementaridade entre o papel provedor masculino e o da mulher 'virtuosa' em relação à sua sexualidade e no cuidado com a família. O controle do espaço social tem se dado a partir destes códigos, e a transgressão feminina resulta, muitas vezes, em violência no espaço privado, como argumenta Maciel (2003), ao estudar as características e a espacialidade da violência contra a mulher na cidade de Ponta Grossa. O fato de a mulher não cumprir o papel instituído significa profanar a honra masculina e perder a respeitabilidade da coletividade e, conseqüentemente, ser excluída das redes de solidariedade, tão necessárias à sobrevivência, notadamente nestes locais precários de serviços públicos. Prochner (2005) chama a

8 A autora, pautada em Bourdieu (1999) argumenta que os corpos e seus órgãos sexuais são significados e vivenciados conforme seu processo de socialização e, assim, naturalizados. O conceito de honra masculina é comumente associada à virilidade e a honra feminina à obrigação de salvar o espaço da realização da virilidade masculina, ou seja, o corpo feminino.

atenção para a importância atribuída pelas mulheres ao direito de ir e vir e ao próprio corpo, logo após o processo de separação.

O papel masculino esperado socialmente e, inclusive pelas mulheres, é o de provedor, com raríssimas exceções. No momento em que os homens passam por uma situação de desemprego, deixando, portanto, de cumprir o papel esperado, perdem também sua autoridade moral diante da família. A procura das mulheres pelo homem 'provedor' constitui uma relação de dependência e hierarquia em relação ao companheiro. Isso se torna um fato importante no processo de dissolução do contrato conjugal. 87% das mulheres entrevistadas alegam não receber nenhum tipo de contribuição financeira dos ex-esposos para a manutenção dos filhos do casal e 81% afirmam a ocorrência do abandono afetivo das crianças. A vinculação entre provimento e poder moral masculino desencadeia o fato de que, após a separação, o homem perde as condições de regulação moral do grupo familiar e, assim, nega-se a continuar mantendo o papel de provedor, já que a contrapartida passa a lhe ser negada. 63% das mulheres que não recebem auxílio financeiro dos pais de seus filhos afirmam que sofreram pressões e ameaças de violência e, assim, acabam desistindo do direito em troca de segurança e tranquilidade (PROCHNER, 2005).

O desempenho do papel feminino da maternagem é uma condição desfavorável para as mulheres, notadamente para aquelas que se tornam únicas responsáveis pela manutenção da reprodução da família, mas paradoxalmente, um espaço de poder feminino. Na transformação da maternidade biológica para a dimensão da maternidade social que se construiu, segundo Badinter (1985), uma estrutura de sentimentos na qual os filhos são considerados filhos da mãe e as mulheres assumem a centralidade das relações familiares, realizando a 'mediação' do amor entre os homens e seus filhos. Assim, a separação conjugal, muitas vezes, significa a retirada da mulher como mediadora positiva da relação entre pais e filhos e o enfraquecimento do vínculo afetivo é materializado também com o abandono financeiro.

A carência das periferias urbanas atinge a todos os cidadãos. Entretanto, são as mulheres que têm travado lutas significativas pelo acesso aos serviços e infra - estrutura junto ao Poder Público Municipal em Ponta Grossa. O espaço paradoxal, proposto por Rose (1993), é instituído à medida que elas constituem, simultaneamente, o grupo de pessoas oprimidas e, também, a força na luta pelos direitos cidadãos. Nabozny (2005), ao estudar a experiência do Orçamento Participativo implantado em 2002, tem argumentado que as mulheres são o fundamento da estrutura desta instituição, atuando como nós de redes de base comunitária. 80% das mulheres conselheiras e delegadas do Orçamento Participativo estão envolvidas de forma concomitante em outras organizações cidadãs no espaço local. Esse aspecto evidencia que estas mulheres não estão passivas, mas sua ação política é uma realidade que sustenta a vida cotidiana e pode levá-las ao enfraquecimento da condição da dominação masculina.

Enfim, esta investigação amplia a análise da pobreza da periferia urbana feminina, incluindo as relações de gênero construídas através de representações, poder e identidades e, ao mesmo tempo, torna visível a luta feminina, o que potencializa a compreensão da complexidade espacial e da construção de políticas públicas contemporâneas.

Referências bibliográficas

- BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 1985.
- BONDI, Liz. Gender symbols and urban landscapes. In: **Progress in Human Geography**. London, 16,2 (1992) Edward Arnold: 1992.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

- CANÇADO, Adriana. Paixão e honra: criminalidade passional em Ponta Grossa na década de 30. In: **Espaço e Cultura: Ponta Grossa e Campos Gerais**. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2001.
- DOMOSH, Mona. A 'feminine' building? Relations between gender ideology and aesthetic ideology in turn-of-the century America. In: **Ecumene**, V 3, no 3, London: Arnold, 1996.
- FARIA, Sheila de Castro. **Pobreza ou poder? Mulheres chefes de domicílios no Brasil** (séculos XVIII e XIX). Rio de Janeiro, 1998. Não publicado.
- GARCIA, Maria F. **A luta pela terra sob enfoque de gênero: os lugares da diferença no Pontal do Paranapanema**. Tese (Doutorado em Geografia) – UNESP, Presidente Prudente, 2004.
- HUXLEY, M. E EINCHESTER, H. P. M. Residential differentiation and social reproduction: the interrelations of class, gender, and space. In: **Environment and Planning D: Society and Space**, v. 9, n 2, Great Britain: Pion Limited, 1991.
- MACIEL, Marisol. **A visibilidade da violência contra a mulher em Ponta Grossa – PR: um estudo das características sócio-espaciais segundo a delegacia da mulher**. Monografia de conclusão do curso de Bacharelado em Geografia, UEPG, Ponta Grossa, 2003.
- MAYOL, P. O Bairro. In: CERTEAU, M de (*et al*). **A Invenção do Cotidiano. 2 Morar, Cozinhar**. Vozes: Petrópolis. 1996. 37-69 p.
- MCDOWELL, Linda. **Gender, Identity and Place. Understanding Feminist Geographies**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999.
- NABOZNY, Almir. **A participação política e gênero na produção dos espaços de pobreza em Ponta Grossa - PR**. Relatório Final de Iniciação Científica. UEPG, 2005.

- ORNAT, Márcio José. **Pobreza, gênero e deslocamentos espaciais intra-urbanos em Ponta Grossa – PR.** Relatório Final de Iniciação Científica. UEPG, Ponta Grossa, 2005.
- PROCHNER, Marcilene. **Recente Feminização da Periferia de Baixa Renda em Ponta Grossa – PR: análise da atuação da PROLAR.** Monografia de Especialização em Geografia e Desenvolvimento Regional – UEPG, Ponta Grossa, 2005.
- ROSE, Gillian. **Feminism & Geography. The limits of Geographical Knowledge.** Cambridge: Polity Press, 1993.
- ROSSINI, R. E. Geografia e Gênero: A Mulher Como Força de Trabalho no Campo. **Informações Econômicas.** São Paulo, p. 41-52, 1993.
- ROSSINI, R. E. Superando a discriminação: mulher e trabalho na modernidade tecnológica no Brasil. In: Eni de M. Samara. (Org.). **Populações: (con) vivência e (in) tolerância.** 1 ed. São Paulo: Humanitas, v. 4, p. 245-257, 2004.
- ROUGEMONT, Denis. **A história do amor no ocidente.** São Paulo: Ediouro, 2003.
- SILVA, Susana M. V. **Trabajo informal, género y cultura: el comercio callejero e informal en el sur de Brasil.** Tese (Doutorado em Geografia) – Universitat Autònoma de Barcelona, Espanha, 2004.
- TONINI, Ivaine M. **Identidades Capturadas - gênero, geração e etnia na hierarquia territorial dos livros didáticos de Geografia.** Tese. (Doutorado em Educação) – UFRGS, Porto Alegre, 2002.

Recebido em julho de 2006
Aceito em fevereiro de 2007